

OS “IRMÃOS METRALHAS”: A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA CARVALHO NA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR-CIVIL

YURI ROSA DE CARVALHO¹

DIORGE ALCENO KONRAD²

Os irmãos Carvalho, Derly, Devanir, Joel, Daniel e Jairo, além da irmã Helena, nascidos em Muriaé, Minas Gerais, migraram com seus pais, Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho, para a região do ABC paulista, São Paulo, na década de 1950, em busca de melhores condições de vida.

Abandonando a vida camponesa, os irmãos Carvalho foram absorvidos como mão de obra pela crescente indústria, sobretudo, automobilística e metalúrgica. Derly se tornou metalúrgico, enquanto Devanir aprendeu com o irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico, passando a trabalhar em indústrias como Villares e Toyota. Daniel também se tornou torneiro mecânico, e Joel e Jairo operários gráficos.

Os irmãos passaram a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1963, participando das greves organizadas pelo sindicato. Além disso, já faziam parte do setor operário do PCB.³

Com o Golpe de abril de 1964, as lutas internas do PCB – de um lado a direção optando pela via pacífica de resistência, e de outro, setores exigindo a resistência armada à ditadura que se implantava -, acabaram por atingir a família Carvalho. Estes optam pela luta imediata, se inserindo no já existente PCdoB, ainda em 1964.

A partir daí, a trajetória dos Carvalho seguiu rumos diferentes. Derly passou a fazer parte do quadro da direção do PCdoB, sendo um dos escolhidos para, em 1966, fazer parte do

¹ Historiador licenciado, aluno do Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria, pesquisa realizada com ajuda financeira REUNI.

² Professor Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas, orientador.

³ Não há fontes que comprovem essas informações nos casos de Devanir e Jairo. Entretanto os casos de Derly, Joel e Daniel aparecem respectivamente em SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974)*. Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 42; e em COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, *Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009, p. 584 e 585. Com base nessas escassas informações, podemos presumir que os irmãos Carvalho devam ter atuado juntos também no PCB, apesar de que, somente aprofundando a pesquisa essa hipótese se mostrará verdadeira.

grupo que foi à China comunista receber treinamento de guerrilha, incluindo preparação militar e teórica. Para Silva, “o envio de militantes para treinamento na China, se cercou de sigilo no seio do Partido Comunista do Brasil e nenhum documento oficial partidário veio a tratar do tema na época” (SILVA, 2006, p.47).

Isto se deu porque, de fato, a direção do PCdoB, desejava instalar a guerrilha na região do Araguaia, inicialmente com o menor número possível de pessoas envolvidas a fim de não alertar a Ditadura. Toda a concepção maoísta, da qual o PCdoB era influenciado, resumia-se no longo trabalho de formação do exército popular camponês, um trabalho de massa que levaria “a guerra popular prolongada” e ao “cerco das cidades pelo campo” (RIDENTI, 2010, p.46). Por isso, se descoberta antes de sua preparação e eclosão, no caso de alguma delação de algum militante sob tortura, ou simples descoberta pela repressão, o fator surpresa da guerrilha se perderia, e o trabalho com as “massas camponesas” estaria comprometido.⁴

Na China, os brasileiros se comunicaram com os dirigentes chineses, através do auxílio dos comunistas albaneses, outra influência do PCdoB. Os albaneses têm como segunda língua o italiano - além de geograficamente próximos, separados da Itália apenas pelo mar Adriático -, língua usada para as traduções e conversações com os brasileiros.⁵

No Brasil, Devanir iria com a família, sua esposa Pedrina Carvalho e seu filho Carlos Alberto José de Carvalho, para o Rio de Janeiro, devido às perseguições políticas, onde trabalhou como taxista, continuando sua militância na clandestinidade.

Daniel teria continuado na região do ABC, sendo incorporado ao comitê de São Bernardo do Campo do PCdoB, onde teria ficado responsável por confeccionar o jornal partidário *A Classe Operária*, tendo mimeografado cerca de quinhentos exemplares no total, até fins de 1968. A falta de documentação nos impede de refazer a trajetória exata de Joel e Joel, restando apenas conjecturar que devem ter seguido caminho semelhante ao de Daniel.

Em 1967, a luta interna existente no PCdoB, sobre a implantação imediata da luta armada, acabou por gerar divergências que levaram a expulsão de uma série de militantes, os

⁴ Esta estratégia, de “vedar” informações vitais das organizações guerrilheiras, seria repetida por várias delas. Processo este que ficou conhecido pela esquerda como “estanquização” dos militantes, quando eles deveriam saber e conhecer apenas o que lhes cabiam em cada ação. Há várias citações possíveis na literatura sobre o tema, entre tantos, sugiro: SIRKIS, Alfredo, *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.; PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

⁵ Esta informação me foi dada por Derly de Carvalho em uma conversa informal CARVALHO, Derly J. de. Derly José de Carvalho: conversa informal. [jan.2008]. Entrevistador: Yuri Rosa de Carvalho. Diadema – SP, 2008.

quais acabaram por montar uma Comissão Nacional de Consulta, logo transformada em Direção Nacional Provisória (DNP) de um novo partido, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil.

A DNP era formada por Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza e Derly José de Carvalho, além de representantes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, do antigo Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. A Ala Vermelha (AV) seguia o modelo de organização marxista-leninista do PCdoB, e assim como seu partido originário, julgava-se o verdadeiro descendente do Partido Comunista de 1922, pois se contrapunha a “ala branca” acusando a direção do PCdoB de oportunista.

Sua organização partidária seguiria o modelo dos Partidos Comunistas, se diferenciando da maioria das organizações da luta armada da época:

A Ala Vermelha, assim, desde seu nascimento vem imbuída de uma visão partidária moldada nas concepções leninistas, no sentido de consistir o partido no condutor da luta revolucionária do proletariado. O discurso da Ala divisava, a centralidade partidária e a subordinação da luta armada ao partido, o que a distinguiria de outras organizações que participaram do embate revolucionário – como a ALN e a VPR, uma vez que ambas postulavam um privilégio da ação militar em detrimento do papel do partido. (SILVA, 2006, p.73)

Neste período, aconteceu a reaproximação dos irmãos. Devanir, ao aderir a Ala Vermelha, teria tido a função de transportar as pessoas que chegavam e saíam da reunião da DNP, a qual durou cerca de três dias, dentro de um esquema de segurança interna, no qual poucas pessoas poderiam saber o local da reunião.

No final de 1967, foi criado o Grupo Especial Nacional – GEN, responsável por executar ações armadas de expropriação de capital. Visava o financiamento da implantação da guerrilha no campo, respondendo diretamente a DNP, o qual forneceria treinamento guerrilheiro, por parte daqueles que foram a China, e subsídios teóricos para discussões orientadas pela direção.

Tadeu Silva, a partir da sua pesquisa, mostra que Devanir José de Carvalho, Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho já faziam parte do GEN desde sua gênese, ou seja, em fins de 1967, além de Aderval Coqueiro, José Anselmo da Silva, James Allen da Luz e Genésio Borges de Mello (SILVA, 2006, p. 94).

Entretanto, no depoimento de Daniel de Carvalho ao DEOPS de São Paulo, aparece a informação de que Daniel teria se ligado ao irmão Devanir apenas em dezembro de 1968, ingressando na Ala Vermelha do PCdoB, fazendo parte do mesmo grupo do irmão. Seus outros irmãos Joel e Jairo só teriam sido incorporados ao grupo uma semana antes da ação expropriatória contra a empresa Auto-Viação Jurema, no primeiro semestre de 1969.

De qualquer forma, o GEN da Ala Vermelha ia fazendo uma série de ações com caráter expropriatório na tentativa de captação de recursos que financiasse a luta guerrilheira no campo. Os jornais da época iam relatando (e condenando) as ações contra peruas transportadoras de dinheiro do Banco Lavoura, da ULTRAGAZ, do Banco Francês e Italiano para o Brasil, o ataque contra a Auto-Viação Jurema, e a expropriação do Banco F. Barreto, compreendidos entre 1968 e 1969.

Na ação contra o Banco F. Barreto, em março de 1969, o GEN tomaria posição frente ao crescente debate interno na Ala Vermelha, paradoxalmente, o mesmo que levou ao rompimento com o PCdoB, criticando a demora em começar a luta armada, constituindo-se, assim, o Grupo Especial Nacional Revolucionário - GENR:

O GENR nesta sua primeira ação deixou um panfleto no local onde ocorreu a atividade, onde não apenas evocou a autoria da expropriação, ao assiná-la como obra do “Grupo Especial Nacional Revolucionário”, mas também cindia-se – na prática – com a Ala Vermelha, ao batizar o ato que fizera como “Ação contra o oportunismo” e ao proclamar que “não hesitaremos em constituirmo-nos em um grupo armado” disposto a “construir a vanguarda do proletariado no Brasil”. (SILVA, 2006, p. 99)

De qualquer maneira, o GENR continuaria atuando como se estivesse ligado com a ALA, até setembro de 1969. Entretanto, a autodeterminação do grupo à revelia da DNP, não foi bem recebida pela mesma. Segundo Tadeu Silva,

A Direção Nacional Provisória da Ala Vermelha, ao ter conhecimento da rebeldia dos membros do GEN, em abril de 1969, tomou a decisão de dissolver o grupo, considerando que ele estava desenvolvendo uma atividade independente dentro da AV e sem o controle da direção: como explica Derly de Carvalho, “nós éramos uma organização marxista-leninista e não poderíamos ter dentro dela um outro grupo independente, que agia em nome do Partido, sem controle de sua direção nacional e da suas políticas”. (SILVA, 2006, p.100)

Não fica claro como se deu esse rompimento ideológico entre os irmãos Carvalho. Entretanto, a esquerda já havia batizado-os de “Irmãos Metralhas”, enquanto os jornais já demonstravam sua notoriedade, citando-os como “família terrorista do ABC”, quando foi expedido um mandado de prisão contra eles e toda a Ala Vermelha.

Neste meio tempo, as ações não paravam. O GENR continuou suas atividades, enquanto a AV passou a realizar ações sem criar organismos independentes, cabendo aos próprios militantes a organização das ações.

Em 1º de maio de 1969, a Ala ocupou uma estação de rádio Independência, em São Bernardo do Campo, por volta das 11hs e 35 min. Derly de Carvalho, responsável pela ação, leu uma mensagem chamando os operários para a ação armada e explicando sua luta contra a Ditadura Militar-Civil.

Entretanto, em 19 de maio, Daniel de Carvalho e Aderval Coqueiro e José Couto Leal, todos do GENR, acabaram sendo parados em uma blitz policial em Osasco, da qual fugiram para, em seguida, abandonar o carro. Após a polícia achar o automóvel, na vistoria realizada por peritos, foi encontrada a carteira de motorista de Daniel, que havia sido esquecida no carro. O policial que havia parado o carro reconheceu Daniel como Carlos Lamarca⁶ e, relacionando às ações na região, os jornais estamparam a notícia nas manchetes do outro dia: *Lamarca foge da polícia em Osasco usando o nome de Daniel José de Carvalho*.

Imediatamente, o caso passou às mãos para o delegado do esquadrão da morte, responsável pela tortura e assassinato de presos políticos, Sérgio Paranhos Fleury. Com a informação contida na carteira de habilitação, de São Bernardo do Campo, a repressão buscou nos cartórios da cidade e logo achou a verdadeira identidade de Daniel e sua residência.

Assim, logo foram presos Joel e Jairo, por policiais que os esperavam na casa de seus pais; logo depois, Daniel e Devanir apareceram e, quando Daniel foi preso, Devanir trocou tiros com a polícia, conseguindo escapar. Como morava perto dali, Derly foi preso horas depois.

Depois dessas prisões, o GENR se desestruturaria, e a AV teria inúmeros de seus militantes presos no decorrer do mês. Estas quedas foram interpretadas, pelo que restou da

⁶ Carlos Lamarca (1937-1971) foi comandante da Vanguarda Popular Revolucionária, e depois do Movimento Revolucionário 8 de outubro, sendo, sem dúvida, o segundo guerrilheiro mais procurado do país, ao lado de Carlos Marighella.

direção da AV, como resultado da “visão estreita, mecânica e esquemática” do processo de luta armada, criticando o militarismo que substituiu a política de massa.

Devanir, o único irmão Carvalho que conseguiu escapar, reuniu o grupo de militantes do GENR que havia escapado da série de prisões, em torno de si. Após, em setembro de 1969, se aliou, em Campos do Jordão, com o grupo de Plínio Petersen, militante veterano da AV e com treinamento em Cuba, além de um convidado do POC, da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), e da Resistência Democrática (REDE), representado por Eduardo Leite, o “Bacuri”.

Esta reunião pretendia a fusão dos grupos em uma organização maior. Todavia, apenas o grupo de Devanir, cerca de dez pessoas, e de Plínio Petersen, oito pessoas, decidiram formar uma nova organização. Esta se chamaria Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT, retomando a sigla fundada pelo líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Isso se deve, principalmente, pelas raízes da Ala Vermelha, fundada por militantes ligados ao antigo MRT.

O MRT, seguindo a trajetória do GENR, adotaria uma linha militarista, que, assim como a VPR e a ALN, prezaria pelas ações armadas em detrimento ao um trabalho de base em longo prazo, por isso, a negação do papel do partido marxista-leninista centralizador das ações. É interessante notar que, apesar de se constituir diametralmente oposto à Ala Vermelha, o MRT não surgiu desvinculado da trajetória de seus militantes, assumindo as tradições de luta camponesa que estavam na origem da AV.

Sobre o MRT, pouco foi escrito; não passando de alguns parágrafos, dependendo do autor. Marcelo Ridenti aponta “o fato de o pequeno MRT ter uma composição de ‘extração popular’ não o impediu de ser um dos grupos mais ativos militarmente, sem maiores preocupações de realizar um trabalho de massas” (RIDENTI, 2010, p. 173).

Jacob Gorender considera que “a nova organização de uns vinte militantes alcançou, no auge, cerca de quarenta. Ganhou fama pela audácia do seu chefe Devanir de Carvalho, ex-metalúrgico de Santo André, e pela eficiência nas ações armadas. A concepção militarista extrema facilitou o entendimento com a ALN e a VPR” (GORENDER, 1999, p. 208).

De fato, o MRT empreendeu uma série de ações expropriatórias, as quais fizeram rapidamente aumentar seu “prestígio” com os órgãos de repressão, e, ao mesmo tempo, sua fama com os militantes da esquerda armada da década de 1970. Além de ter feito duas edições de seu jornal próprio, o *Voz Guerrilheira*.

Uma das características marcantes, é que, mesmo apesar da forte repressão de 1970, houve a busca por parte do MRT, de coordenar ações em conjunto com outras organizações revolucionárias. Apesar da fragmentação latente da esquerda na época, seja pela perseguição policial, ou por embates ideológicos, se buscou, em dos períodos mais difíceis para isso, a união, se não física das organizações, pelo menos, de forças na luta contra a Ditadura Militar-Civil.

A constituição da chamada “Frente” foi originalmente pensada por Carlos Lamarca, à época na VPR, em um documento chamado *Frente – a grande tarefa*, com a opinião de que a reunião de forças de diversas organizações traria melhores resultados para a luta armada. A ALN recusou a fusão das duas organizações, o que marcou a articulação da Frente, mas de imediato aceitou a nova estratégia de luta.

À associação ALN-VPR se somaram o MRT, a REDE, o POC, o PCBR e o MR-8. Destes, apenas os três últimos participaram esporadicamente da Frente, ao passo que as outras organizações guerrilheiras, durante todo o ano de 1970 e começo de 1971, se empenharam em realizar ações em conjunto.

Salientando-se principalmente duas, entre as inúmeras ações. A primeira, o sequestro do cônsul japonês no Brasil, Nobuo Okuchi. O sequestro se deu anterior à constituição oficial da Frente, o que demonstra o grau de solidariedade que já existia entre os a organizações e como esta ação poderia ter sido o “embrião” da Frente; em consequência da prisão de Shizuo Ozawa, conhecido como “Mario Japa”, em 7 de março de 1970.

Mario Japa conhecia os esquemas de treinamento de guerrilha da VPR, e se não resistisse à tortura, toda a infra-estrutura montada por esta organização seria desbaratada. Desta forma:

Era preciso salvar Mario Japa com urgência. Jamil (Ladislau Dowbor) entrou em contato com Devanir e Bacuri e se estabeleceu a articulação da VPR com o MRT e a REDE para o sequestro de Nobuo Okuchi, cônsul-geral do Japão em São Paulo, no dia 21 de março. Feita quase de improviso, a lista de resgate só constou de cinco nomes. O Governo Médici aceitou a exigência e os presos políticos viajaram rumo ao México. Entre eles, Mário Japa se libertou dos frustrados torturadores. (GORENDER, 1999, p. 210)

A VPR, na época, estaria passando por um período difícil, sem condições de agir, tanto por falta de militantes, ou por falta de automóveis, para realizar a operação, assim como não haveria um “aparelho” disponível para a permanência do cônsul após a ação. Por isso,

Ladislau Dowbor teria procurado, segundo a documentação, os líderes do MRT e da REDE, Devanir de Carvalho – codinome “Henrique”, e Eduardo Leite “Bacuri”, para solicitar colaboração.

Rapidamente, os três planejaram a ação, que junto de Listz Benjamim Vieira, Oswaldo Soares, ambos da VPR, além de maneira indireta, por ser responsável pelo “aparelho” que iria ser usado, Denise Peres Crispim, da REDE; acabaram por realizar com sucesso o sequestro do cônsul japonês, em 11 de março de 1970. No dia 15, aos cinco prisioneiros da lista de exigências, foram embarcados para o México, enquanto o cônsul era libertado.

A segunda grande ação foi o assalto ao carro-pagador da empresa Brinks.

Muito ativa nas ações expropriatórias e na propaganda armada em São Paulo, deveu-se à Frente o assalto que produziu o maior resultado financeiro, com exceção da apropriação do cofre do ex-governador Adhemar de Barros. A 15 de setembro de 1970, um carro blindado da transportadora de valores Brink's foi interceptado, na Rua Estados Unidos, por um destacamento de quinze militantes, entre os quais se achavam alguns dos melhores homens da linha de frente: Yoshitane Fujimore, da VPR, Devanir de Carvalho, do MRT, e José Milton Barbosa, da ALN. A guarnição do carro transportador se rendeu entregou 460 mil cruzeiros novos (GORENDER, 1999, p. 216).

Discutir-se-ia, no final do ano, o sequestro de mais um embaixador, como estratégia de troca de presos políticos e deterioração internacional da imagem da Ditadura, além de demonstrar que ainda existia resistência no Brasil. Entretanto, a forte repressão fez com que ALN, MRT e MR-8 propusessem o recuo, o que fez com que a VPR tramasse e executasse o sequestro do embaixador suíço por conta própria.

Mas isso não impediu a solidariedade entre guerrilheiros. O MRT acompanhou o carro da VPR, que levava Lamarca para o Rio de Janeiro e a executar o plano, o qual libertou setenta presos políticos, rumo ao Chile, em 14 de janeiro de 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Butcher, entre eles os irmãos de Devanir, presos havia um ano.

A relação entre Devanir e Lamarca se mostrou, na verdade, bem próxima. Quando fugiu do cerco do Vale do Ribeira, onde o comando da VPR tinha ido fazer treinamento de guerrilha, Lamarca foi acolhido no “aparelho” de Devanir, com de sua companheira Iara Yavelberg. Ali, residiram durante algum tempo, depois de passarem para a casa de Joaquim Alencar Seixas, outro dirigente do MRT, onde ficaram por cinco meses escondidos.

A Frente foi se desestruturar na metade de 1971, quando os principais militantes, e as próprias organizações, já não mais existiam ou já estavam em vias de desorganização.

O MRT não passou incólume por este processo de idas e vindas de militantes. Logo após o sequestro do cônsul japonês, um grupo mineiro dissidente da Ala Vermelha, que se constituíra no Movimento Revolucionário Marxista – MRM, veio a São Paulo em busca de contatos com Devanir, acabando por se juntar ao MRT (GORENDER, 1999, p. 215).

No segundo semestre de 1970, Plínio Petersen se reuniu com alguns militantes do MRT para tratar de divergências políticas que estaria tendo com Devanir, acabando por romper com o mesmo e sair do MRT, levando consigo militantes que com ele haviam formado o MRT.

Entretanto, somaram-se ao MRT valorosos reforços, como a vinda de Joaquim Alencar Seixas, que vivia no Rio Grande do Sul e carregava consigo um histórico de luta no movimento operário, se tornando comandante do MRT. Além dele, veio Aderval Coqueiro, militante do GENR, que regressaria ao Brasil, após ter sido trocado pelo embaixador alemão⁷, tendo feito treinamento em Cuba durante o exílio, bem como Dimas Casemiro, também ex-militante da AV, mas que no momento era da VAR-Palmares, e Gilberto Faria Lima, da ALN.

Na documentação pesquisada, fica claro o papel preponderante que Devanir de Carvalho teve no processo de luta armada, em São Paulo, e na articulação com as outras organizações. São vários depoimentos de militantes de diversas organizações, como VPR, ALN, POC, REDE, entre outras, que quando se dirigiam para São Paulo, por aderir a uma organização ou outra, ou recuperar “pontos”⁸ perdidos com as regionais do estado, tinham algum tipo de contato com Devanir. O “Henrique” mantinha contatos com a maioria das organizações que compunham a Frente, e praticamente respondia pelo MRT.

Exatamente por isso, Devanir se tornou objeto de caça por parte da repressão. Em dezembro de 1970, Eduardo Leite “Bacuri”, outro grande objetivo da repressão, foi assassinado, depois de meses preso, torturado violentamente, com uma orelha decepada,

⁷ O Embaixador alemão Ehrefried Von Holleben, foi sequestrado em 11 de junho de 1970, por um comando da VPR e da ALN, sob a chefia de Bacuri, nesta época, já na ALN, o qual contava, também, com a presença de Alfredo Sirkis. Em troca, foram libertados e mandados para Argélia 40 presos políticos, entre eles Daniel Aarão Reis Filho, Fernando Gabeira, Aderval Coqueiro, Ladislau Dowbor, Apolônio de Carvalho, Cid Queirós Benjamim, entre outros. Ver mais em: SIRKIS, Alfredo, op. cit., 2008.

⁸ O chamado “ponto” era como os militantes chamavam os encontros marcados sob rígido sigilo, do qual a falta ao um desses encontros era considerado como indicativo de prisão do militante e conseqüente fuga do outro. Ao prender os guerrilheiros, a repressão esforçava-se ao máximo na tortura imediatamente 24 horas posteriores a hora da prisão, pois buscava justamente, desvendar estas ligações entre a militância e assim, desbaratar as organizações revolucionárias.

dedos e pernas quebradas, além de olhos vazados, antes que pudesse ter sido incluído na lista de presos políticos a ser trocado pelo embaixador suíço.

O começo de 1971 foi ruim para o MRT. Em 6 de fevereiro, foi assassinado Aderval Coqueiro a tiros pelos agentes do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, além de uma série de prisões efetuadas em São Paulo. Em 7 de abril, Devanir foi morto pelo esquadrão da morte de Fleury, em São Paulo.

Há divergências sobre a morte de Devanir. A versão oficial fala de morte em tiroteio, entretanto o depoimento de Ivan Seixas, filho de Joaquim Seixas, preso com 16 anos, demonstra que Devanir teria sido preso vivo e levado ao DOPS de Fleury, tendo resistido três dias de tortura sem falar nada.

Carlos Eugênio Paz, o Clemente, comandante militar da ALN, assim lembra de Devanir José de Carvalho:

Dirigente máximo do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), organização revolucionária paulista de extrema combatividade. Valente, solidário, um líder nato que sempre atuou visando à unidade da esquerda armada. Teve atuação importante da Frente Armada que formaram, em 1970, a (...) ALN, o (...) MRT, a (...) VPR, o (...) MR-8, (...) e o (...) PCBR. (PAZ, 2008, p. 202)

Em represália à sua morte, um comando com o nome de Devanir José de Carvalho, formado por integrantes do MRT, como Joaquim Seixas, Dimas Casemiro e Gilberto Faria Lima, e da ALN, como Carlos Eugênio Paz e Iuri Xavier Pereira, além de outros, acabou “justiçando”⁹ o empresário Henning Boilesen - dono da ULTRAGAZ, financiador da OBAN e do DOI-CODI, e que, como se não bastasse, presenciava sessões de tortura -, em 15 de abril de 1971, oito dias após a morte de Devanir.

A repressão foi implacável e Joaquim Seixas e Dimas Casemiro foram presos e mortos sob tortura nos dias que se seguiram a morte do empresário. Assim, o MRT iria, com mais algumas prisões, se extinguindo.

Em Santiago do Chile, onde vivem os banidos irmãos Carvalho, trocados pelo embaixador suíço, receberam a viúva Pedrina e seus dois filhos com Devanir, Carlos Alberto

⁹ “Justiçamento” é como a esquerda armada da época chamava os casos em que os inimigos eram assassinados. Este intenso debate sobre a violência do oprimido pode ser aprofundado em: GORENDER, Jacob, op. cit., p. 269 – “ A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta”.

e Ernesto. Ali, um importante passo foi tomado, quando os irmãos Daniel e Joel decidiram ingressar na VPR.

Entretanto, a VPR se encontrava em frangalhos. Em setembro de 1971, o cabo Anselmo¹⁰ chegava a Santiago para reunir a direção da organização. Todavia, corria a notícia, por parte de Inês Etienne, que havia sido presa com Anselmo, de que o mesmo, por estar agora livre, deveria se tratar de um agente duplo, infiltrado na esquerda a serviço da repressão.

Aluízio Palmar, militante da VPR, assim via a situação:

Quando chegou a denúncia de Inês Etienne ao Chile, a VPR passava por sua última e mais radical luta interna. Dentro do Brasil a organização estava destruída e no exterior seus quadros discutiam se era viável ou não o congresso que havia sido convocado um ano e cinco meses antes pelo auto-extinto comando no Brasil. Em torno dessa questão, a VPR acabou dividindo-se em três: 1- O grupo do Onofre não queria o congresso, defendia o retorno imediato ao Brasil e a retomada das ações armadas; 2- O grupo liderado por Ângelo Pezzuti defendia a realização do congresso para definir os rumos da organização; 3- Os militantes recentemente chegados de Cuba queriam o congresso e, ao contrário do grupo de Ângelo, não aceitavam esmagar o Onofre. (PALMAR, 2006, p.26)

Onofre Pinto, que havia sido banido em troca do embaixador estadunidense, em 1969, não aceitou as denúncias contra cabo Anselmo e deu a ele US\$50 mil para implantar em Pernambuco uma infraestrutura para receber os militantes da VPR. Tragicamente, a cilada foi armada, e nela caíram seis militantes, inclusive uma companheira grávida de cabo Anselmo, em 8 de janeiro de 1973.

¹⁰ Cabo Anselmo era presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, cuja greve em março de 1964 gerou uma grave crise militar cujo último desfecho foi o golpe de 1º de Abril, justamente porque o presidente Goulart havia anistiado os grevistas. Suspeita-se que já nesse momento o cabo Anselmo já seria um agente infiltrado nos movimentos populares. Entretanto a versão mais aceita dos fatos é esta: “O cabo Anselmo foi preso logo depois do golpe de 64, mas conseguiu escapar da cadeia, exilando-se, primeiro no Uruguai e depois em Cuba. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1970, sendo preso menos de um ano depois. Na prisão, mudou de lado e, a partir daí, passou a trabalhar para a polícia como agente infiltrado, tendo sido responsável pela prisão e morte de inúmeros militantes das organizações revolucionárias que combateram o regime militar.” MARTINS, Franklin. O incendiário discurso do cabo Anselmo (1964). In: CONEXÃO política Franklin Martins. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964>. Acesso em: 13 fev. 2011.

Em julho, uma reunião seria marcada para tratar da extinção da VPR, a aguerrida e importante organização guerrilheira, personagem de importantes páginas da resistência armada no Brasil que encerrava sua história.

O exílio no Chile acabaria traumáticamente para todos os brasileiros fugidos ou banidos da Ditadura brasileira. Em 11 de setembro de 1973, Augusto Pinochet, general do exército, derrubava o governo socialista eleito de Salvador Allende.

Dessa forma, a esquerda lá refugiada começaria a debandar. A família Carvalho foi para a Argentina, assim como a maioria dos exilados, vivendo no Hotel Cecil que a UNESCO, órgão ligado à ONU que cuidava de assuntos ligados a direitos humanos, mantinha para este fim.

Joel foi convidado pelo diretor do campus dos cursos de Veterinária e Agronomia da Universidade a viver ali, na província de San Pedro, perto de Buenos Aires. Lá teria ficado amigo de Enrique Ruggia, estudante de veterinária, com quem passou a ser bastante próximo.

O prestígio do guerrilheiro exilado mexia no imaginário do estudante argentino, e provavelmente, da maioria da esquerda na América Latina; “tocar Joel era tocar em Che Guevara”, relata sua irmã.

Da mesma forma, o prestígio de Onofre Pinto ainda se mostrava inabalável para alguns militantes, entre eles Daniel e Joel, que se aproximaram do grupo que girava em torno do ex-dirigente da VPR. Enquanto para outros, não passava de um “traidor” responsável pela armadilha de Pernambuco, cujo orgulho o cegou frente às denúncias contra o cabo Anselmo.

Entretanto, talvez mais do que o prestígio pessoal, a convicção de que a luta armada ainda seria possível e deveria ser realizada imediatamente deve ter tido a mesma atração por parte de Daniel e Joel. Derly e Jairo, os irmãos Carvalho restantes, mantinham-se, aparentemente, alheios a esta discussão, não havendo fontes até ao momento que sugeriram outro apontamento.

A repressão usava de novas técnicas para aniquilar a oposição à Ditadura. A Operação Condor ganhava contornos mais definidos e a cooperação entre os grupos de extermínio das ditaduras da América Latina se estreitavam. Assim, o aparato repressivo do Estado buscava em outros países exilados, dispostos a voltar ao país, para poder eliminá-los.

Assim como os seis militantes que morreram em Pernambuco, o líder do esquadrão da morte Fleury, lançava mão de outro infiltrado seu, o ex-sargento Alberi. O agente infiltrado transitava livremente pela esquerda exilada no Chile, não deixando suspeitas devido a sua

trajetória de “resistência”, quando participou do levante militar que ocupou a cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, em 1965.

A Operação Juriti já estava preparada, e de fato, entrava na sua fase final. Havia começado com a infiltração de Alberi, no Chile, e agora caminhava para seu desfecho na Argentina. Assim como no caso do cabo Anselmo, o agente infiltrado tentaria convencer o máximo de exilados possíveis a voltar para o Brasil e continuar a luta armada, quando na verdade se dirigiam para a morte.

Assim, depois de ir para o México, quando se deu o golpe de Pinochet no Chile, Alberi vai para a Argentina, tentando convencer os exilados de que tinha uma infra-estrutura no Oeste do Paraná e inúmeros contatos com os camponeses da região.

O agente do terrorismo de Estado encontraria um terreno fértil para a disseminação de suas intenções. Bona Garcia, em depoimento a Aluizio Palmar, sintetizava os sentimentos compartilhados entre os exilados naquele momento, quando chegaram à Argentina fugidos do golpe no Chile: “Depois de toda aquela tensão na embaixada quando chegamos a Buenos Aires nossos nervos estavam em frangalhos. O golpe no Chile desmontou nossa perspectiva política e projetos pessoais” (PALMAR, 2006, p. 201).

Os asilados vinham em um duro processo, cada vez mais acelerado, de desestruturação emocional. Pensavam que haviam perdido toda e qualquer possibilidade de criar raízes, não tendo para onde ir, e se encontrando extremamente fragilizados.

Neste contexto, foi fácil se aproximar do desacreditado Onofre, esperançoso em lavar seu nome, caso a nova tentativa revolucionária desse certo. Assim como em relação às pessoas ao seu redor, que ainda conjecturavam a implantação da resistência armada no campo.

Assim, Alberi amarrou a Operação Juriti com o chamado “grupo do Onofre”, que além dele, se juntariam Daniel e Joel Carvalho, Víctor Ramos, José Lavéchia e Enrique Ruggia. Na Argentina, ele tentaria ainda, Bona Garcia e Aluizio Palmar, mas ambos estranharam a articulação de Alberi e não compareceram em “pontos” com ele marcados para concretizar suas participações no grupo que voltaria ao Brasil.

Em 11 de julho de 1974, o “grupo de Onofre” saiu da Argentina rumo à fronteira com o Brasil, em direção à Posadas, onde se encontraram com Alberi. Cruzaram a fronteira por Santo Antônio do Sudoeste, já no Brasil, de lá rumando para o sítio de um tio de Alberi, perto de Boa Vista do Capanema, o qual seria usado na ilusória infra-estrutura guerrilheira. Assim, encontraram-se com “Otávio”, membro do Centro de Inteligência do Exército, outro

agente infiltrado, mas que, para os guerrilheiros, era apresentado como um contato de Alberi na região.

No anoitecer de 13 de julho, Alberi teria juntado os guerrilheiros com o objetivo de realizar a primeira ação expropriatória do grupo, um assalto a banco na cidade de Medianeira, ficando apenas Onofre no sítio, pois seria demasiadamente reconhecível, frente sua histórica participação na luta armada.

Depois de cruzar de balsa um rio que corta o lugar, Daniel, Joel, Enrique, Víctor e Lavéchia entraram acompanhados dos agentes da repressão Alberi e Otávio, na Estrada do Colono, onde encontrariam a morte:

Assim que a balsa atracou na margem direita do Iguaçu, eles entraram na Rural [Wyllis]. Otávio deu a partida no motor e o carro subiu a lomba, para em seguida seguir pela estreita e sinuosa Estrada do Colono. Com exceção de alguns raios de luz que de vez em quando cruzavam a mata fechada, a escuridão era total. Depois de rodar quase seis quilômetros, a Rural fez uma curva fechada e entrou num picadão à direita que dava acesso à clareira. “Chegamos companheiros”, disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou um pouco e de repente, antes de chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. Otávio ficou junto ao carro, Alberi correu e se jogou no solo, Lavéchia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina. (PALMAR, 2006, p. 221)

Assim, os irmãos Carvalho, na esperança de derrubar a Ditadura Militar-Civil, e implantar o socialismo, encontravam a morte no Oeste paranaense, vítimas da Operação Condor.

Quanto a Jairo e Derly, assim como Pedrina, viúva de Devanir, e seus filhos Carlos e Ernesto, apenas o exílio na Europa se abria como perspectiva em contraponto a uma América Latina fechada em ditaduras. Pedrina e os filhos foram para Portugal, cinco meses depois da Revolução dos Cravos, que depôs a ditadura fascista que governava o país, em 29 de setembro de 1974.

Pedrina e seus filhos viveriam em Portugal até 1978, um ano antes na Lei da Anistia, quando regressariam ao Brasil. Os irmãos Carlos e Ernesto chegaram ao País, em 20 de abril

de 1978. Três meses depois, Pedrina conseguia o salvo-conduto para voltar ao Brasil, fato noticiado pelo *Jornal da Tarde*, em 21 de julho de 1978, com a seguinte manchete: *Exilada desce em Viracopos e depõe por três horas*. Pedrina mora até hoje em Diadema.

Jairo permaneceria em Portugal e, posteriormente, fixaria residência ao norte de Paris, na França, onde abriu um bar, vivendo lá até hoje, já com a cidadania francesa. Derly voltou de Portugal com a Lei da Anistia, em 1979, passando a trabalhar com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão, a ANTEAG, morando até os dias de hoje em Diadema.

Este é um estudo de caso que prova que algumas ressalvas devem ser feitas quando nos deparamos como a historiografia analisa a resistência operária durante o período de Ditadura Militar-Civil, especialmente sua relação, muitas vezes dicotômicas, com a estratégia de luta armada.

De maneira geral tem-se apontado mais para o cotidiano operário ausente de resistências nas pesquisas sobre Mundos do Trabalho, e, por outro lado, à uma resistência armada levada a cabo por organizações elitistas e distantes das classes populares. Isto tem levado erroneamente para uma generalização.

O exemplo da família Carvalho mostra como uma família de camponeses imigrantes vai para as grandes cidades na década de 60, onde cinco irmãos tornam-se operários, se inserem no movimento sindical e partidário, quando o Golpe depõe as instituições democráticas, e estes ativamente tomando posições, não a reboque de uma intelectualidade, mas protagonizando suas histórias, mesmo em momentos de aumento exponencial da repressão policial e, ao mesmo tempo, de classe.

Na frente de partidos, criando organizações, retomando estratégias de resistências que parecia vencidas, os “irmãos metralhas” nos levam a pensar uma perspectiva histórica sobre a atuação do movimento operário de maneira mais complexa, até porque esta tradição de luta pode ter contribuído para uma experiência de resistência que tenha influenciado a retomada do movimento grevista no mesmo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema no fim dos anos 70.

Tal experiência de luta não pode ser novamente vencida. A primeira pela própria repressão, e mais contemporaneamente pela historiografia, como indica Edgar de Decca:

Desconsiderou-se que nas lutas políticas do período, a ordem dos vencidos possuía registros diferenciados e que, inclusive, os discursos acadêmicos, atendendo a demandas específicas do poder, silenciavam indiretamente, também, o eco das experiências proletárias. Os setores intelectuais traumatizados pelos acontecimentos de 64 produziram discursos diferenciados, cuja estratégia, embora atendesse às resistências exigidas pela luta política, impediu, no decorrer de boa parte desses quinze anos, a emergência de vozes há muito tempo emudecidas na história. (DECCA, 2004, p.32)

Em suma, não se trata de heroificar ou mistificar ainda mais o processo de luta armada no Brasil. Nem de tornar menos ou mais importante a história de uma família. Mas demonstrar como este exemplo da participação dos irmãos Carvalho pode dar indicativos relevantes que levem a uma análise mais completa, para além da dicotomia entre classe operária e luta armada.

Talvez a classe operária não estivesse tão omissa e desorganizada no período como analisaram alguns, podendo ter dado uma contribuição significativa naquele que foi um dos maiores embates da luta de classes na história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim S. L. *Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais: Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. *Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985*. 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterram nossos mortos*. 2ª ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução*. – 2. ed., rev. e ampl. – São Paulo: UNESP, 2010.
- SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

FONTES

- II EXÉRCITO. *Interrogatório de Chauoki Abbara*. São Paulo: II Exército, 1971.
- II EXÉRCITO. *Interrogatório de Jair Storch*. São Paulo: II Exército, 1971.
- II EXÉRCITO. *Interrogatório de Jorge Kurban*. São Paulo: II Exército, 1971.
- CARVALHO, Derly J. de. *Derly José de Carvalho*: conversa informal. [jan.2008]. Entrevistador: Yuri Rosa de Carvalho. Diadema, 2008.
- CARVALHO, Jairo J. de. *Jairo José de Carvalho*: conversa informal. [jan.2009]. Entrevistador: Yuri Rosa de Carvalho. Praia Grande, 2009.
- DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DEOPS]. *Auto de qualificação e Interrogatório de Daniel de Carvalho*. São Paulo: DOPS, 1969.
- DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DEOPS]. *Auto de qualificação e Interrogatório de Ladislau Dowbor*. São Paulo: DOPS.
- DIÁRIO DA NOITE ÚLTIMA, 26 out 1969, SP.
- ESTADO DE SÃO PAULO, 21 abr. 1978.
- MARTINS, Franklin. O incendiário discurso do cabo Anselmo (1964). In: CONEXÃO política Franklin Martins. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964>. Acesso em: 13 fev. 2011.
- JORNAL DA TARDE. 21 jul. 1978.
- O GLOBO, 16 dez 1969.
- OPERAÇÃO BANDEIRANTES [OBAN]. *Sequestro do cônsul geral do Japão*. São Paulo: OBAN.